

Rosa dos ventos

MAURICIO DIAS



"O País está asfixiante"

(Desabafo de um ministro do Supremo Tribunal Federal)

A maioria tirânica

► **Na Comissão Especial do *impeachment*, senadores adversários de Dilma usam e abusam das regras democráticas**

Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal, comanda também, conforme determina a lei, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em andamento na Comissão Especial do Senado. Ele tem tido papel fundamental para garantir o direito da minoria pró-Dilma, em confronto com a maioria favorável a Temer.

A intromissão do Judiciário tem, no entanto, limites, quando tudo se passa no âmbito de outro poder, o Legislativo.

Pouco se sabe das trapaças promovidas pela maioria de senadores dispostos a qualquer coisa para impedir a volta de Dilma ao poder. Além disso, alguns resvalam em incômodos "erros de procedimento" promovidos pelos condutores da Comissão.

Um exemplo: o ministro autorizou a realização de perícia na documentação que sustenta o *impeachment*. Era um direito bloqueado, até então, pelo rolo compressor de senadores de oposição à presidenta afastada do cargo, por suposto crime de responsabilidade.

Lewandowski tem sido, nessas circunstâncias, uma espécie de guardião da dignidade na disputa política. Agiu certo a minoria quando foi em busca de apoio no Supremo. Lá foi derrubado o bloqueio daquela irregularidade aprovada no Conselho inteiramente sob predominância dos senadores favoráveis a afastar Dilma definitivamente. Agora são eles, pelo menos provisoriamente, os governistas.

A diferença numérica entre a força "contra", defesa, e a força a "favor", acusação, é avassaladora. Valendo desse direito regulamentar, os

favoráveis ao afastamento de Dilma ultrapassaram os limites democráticos. Começaram, então, a agir pelas regras do absolutismo.

Esse poder numérico da maioria, embora derivado da votação popular, adota essa arrogância ditatorial comprovada na instalação da Comissão Especial, quando votaram a admissibilidade do *impeachment*.

Num colegiado de 81 governadores, a então oposição à presidenta Dilma obteve 55 votos contra apenas 22 a favor dela. Houve duas ausências e o presidente do Senado, Renan Calheiros não votou.

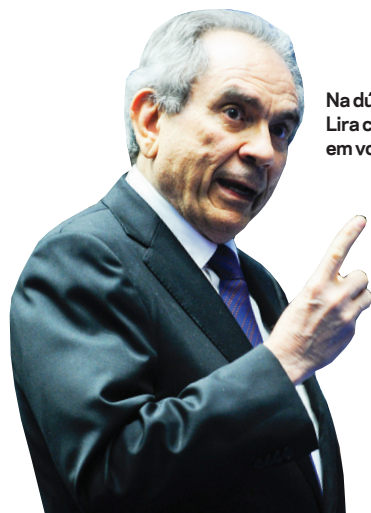
Seguiu-se o prosseguimento dos trabalhos na Comissão Especial sob o comando da acusação. Quando há possibilidade de empecilho, não titubeiam. Partem para o confronto direto. Assim é sempre possível ouvir a voz unânime da maioria: "Ponha em votação, presidente".

Em obediência instantânea, o senador Raimundo Lira, do PMDB paraibano, presidente da Comissão, cutuca um botão estridente para silenciar o burburinho da sala e comunica impassível: "Em votação".

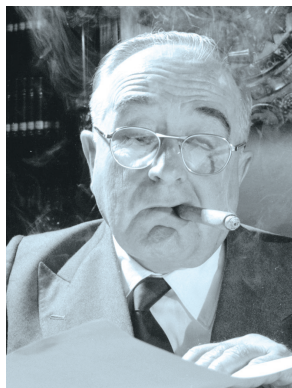
A garantia de realização da perícia em documentos que deram origem ao *impeachment* não foi a primeira e única manifestação de Lewandowski e, provavelmente, não será a última, em socorro às decisões da minoria pisoteada pela maioria e garantidoras da normalidade do processo.

Bem no início dos trabalhos, houve um "conflito" entre as partes. A defesa de Dilma Rousseff propôs a indicação de 48 testemunhas. A acusação apresentou somente cinco delas. Propôs duas testemunhas para cada lado. O STF manteve a proposta da minoria. A maioria deu o troco. Reduziu para três minutos o tempo das perguntas e das respostas. Implacável. Nesse terreno Lewandowski não pôde entrar.

O que se tem visto, enfim, é o esmagamento da minoria pela força da maioria. Se essa regra vigorar, a democracia só terá um lado.



Na dúvida, Lira coloca em votação



FHC tentou enterrar a era Vargas. Temer assumiu a missão

O fantasma de Vargas I

Michel Temer quer fazer o que FHC tentou e não conseguiu.

Ao assumir o governo, em 1995, o tucano pregou o desmonte definitivo da política trabalhista de Getúlio Vargas. Fracassou.

Temer, mesmo na fase de interinidade, pretende frear a sequência de três governos completos, dois de Lula e mais um de Dilma, alinhados aos os programas sociais.

O interino atacará com furor as áreas de Saúde e Educação e pretende seguir em frente com mudanças na Previdência Social.

O fantasma de Vargas II

Em recente palestra no Rio de Janeiro, FHC voltou a atacar Vargas.

Fez, porém, pequenos retoques no velho discurso.

Segundo ele, “Vargas pretendia organizar o País através do fortalecimento do Estado, porque a oligarquia não se preocupava com a organização da sociedade”.

FHC apontou a direção,

mas fugiu do problema ao utilizar o verbo no passado.

Lula tem esse problema à flor da pele.

Não havia e ainda hoje não há outra saída senão a ação do Estado.

Perfil baixo

Há um perfil político de Michel Temer nos arquivos do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) construído no desempenho dele na Constituinte de 1988.

Temer obteve nota baixíssima de 2,25.

Lula, por exemplo, obteve nota 10, Mário Covas, 6,25, e FHC ficou com 5, entre outros.

O Diap registra: “É presidencialista e votou a favor dos cinco anos para Sarney. Absteve-se quanto ao tabeleamento dos juros, mas não teve dúvidas ao votar contra a reforma agrária”.

Reação anti-Moro

Os advogados preparam nova reação contra as arbitrariedades do juiz Sergio Moro.

Vão lançar o “Movimento Garantista”, com o objetivo de preservar os direitos dos

clientes submetidos aos rigores da Lava Jato.

O movimento nasceu na OAB de Sergipe.

Segundo o presidente da entidade, Henri Clay Andrade, a prioridade é a defesa das prerrogativas dos direitos e garantias fundamentais.

“Nós temos por missão diária a luta por igualdade e por um processo equânime e justo”, diz Andrade.

O advogado Antonio Carlos de Almeida Castro apoia o movimento contra “um processo crescente de criminalização da advocacia”.

Castro defende 11 políticos e empresários envolvidos na Lava Jato.

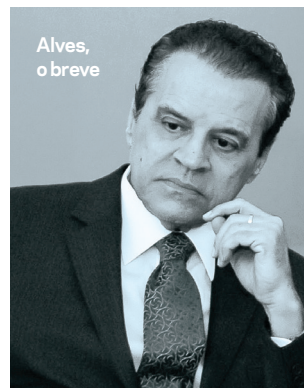
O terceiro homem

Henrique Alves é o terceiro ministro ameaçado pela Lava Jato a se despedir do governo Temer.

Embora recolhido ao Ministério do Turismo, ele estava à beira do precipício.

Se havia necessidade de Alves cair, quem o empurrou foi o implacável Moreira Franco.

São inimigos cordiais.



Alves, o breve

Memória

Morreu nos EUA o “brasilianista” Thomas Skidmore. Os registros do óbito, no Brasil, o conduziram ao reino dos céus. Assim seja. Ele escreveu *Brasil – de Getúlio a Castello*, um livro fraco, no qual insinua que João Goulart poderia ser filho de Getúlio Vargas. Mera especulação. Circula nos meios acadêmicos uma sentença implacável sobre ele. Como historiador era chamado de “Skidmore or less”.

mauriciodias@cartacapital.com.br